

**AS RELAÇÕES DE PODER/SABER NO DOCUMENTO: CARTA DE APRESENTAÇÃO DO SAEMS- 2011.**  
**RELATIONS OF POWER / KNOWLEDGE IN DOCUMENT: LETTER OF PRESENTATION SAEMS-2011.**

Maria Francisca VALIENTE (PG-UFMS/CPTL)<sup>1</sup>  
Margarida Xisto da Silva SOARES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo estudar o discurso do documento oficial: carta de apresentação do Manual do Professor Aplicador do Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS) – 2011. O estudo propõe-se investigar como se constituem os jogos discursivos de poder/saber e os efeitos de poder que regem esse discurso (Discurso Político Pedagógico). Supõe-se haver no discurso oficial certa naturalização dos dizeres em virtude da autoridade que o documento traz consigo e que lhe permite delegar poderes aos que estão institucionalmente autorizados e legitimados a manejá-lo. Como recurso metodológico, utilizasse-se, em especial, o método arqueogenealógico de Foucault, pois se problematiza porque o discurso em questão se reproduz enquanto “regime de verdade”, pouco questionável. Como aporte teórico detém-se às teorias da Análise do Discurso e à Linguística Aplicada. A partir das análises, temos entendido que a argumentação dos discursos em questão se constrói a partir de representações de liberdade e de democracia que podem se encontrar coerentes com o momento histórico-social, fazendo com que a carta seja entendida como documento de bem comum e de progresso, tentando camuflar as emergências de poder, que são aqui desconstruídas por meio da materialidade linguística.

Palavras chave: Linguística Aplicada. Discurso Oficial. Regime de verdade.

**ABSTRACT:** This paper aims to study the discourse of the official document: letter of introduction to the Applicator Teacher's Manual of the Assessment System of Public Education Network of Mato Grosso do Sul (SAEMS), 2011. This study proposes to investigate how the discursive games of power / knowledge are constituted and the effects of power that govern this discourse (Educational Policy Discourse). It is believed to be naturalization of certain words in the official discourse by virtue of the authority that the document holds and allows to empower those who are institutionally legitimized and authorized to handle it. As a methodological approach, the study relies, in particular, on Foucault's archaeo-genealogical method, because it discusses why the discourse in question is reproduced as a “regime of truth”, non-questionable. As a theoretical approach the study holds to the theories of discourse analysis and Applied Linguistics. From the analysis we understand that the argument of the discourse in question is constructed from representations of freedom and democracy that can be found consistent with the historical-social moment, so that the letter is understood as a document of common good and advancement, attempting to camouflage the emergency of power, which are here deconstructed through the linguistic materiality.

Keywords: Applied Linguistics. Official Discourse. Regime of truth.

## 1. Introdução

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Letras-estudos linguísticos- da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Unidade de Três lagoas. E-mail: mf.valiente@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Letras-estudos linguísticos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Unidade de Três Lagoas. E-mail: margaridaxisto30@yahoo.com.br

discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12).

Problematizando as palavras do historiador, procura-se neste artigo, por conseguinte, estudar o discurso do documento oficial: carta de apresentação do Manual do Professor Aplicador do Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS), 2011. Objetiva-se investigar como se constituem os jogos discursivos de poder/saber e os efeitos de poder que regem o discurso político-educacional (doravante DPE), fazendo com que o mesmo se reproduza enquanto “regime de verdade”, pouco questionável. Supõe-se haver no discurso oficial certa naturalização dos dizeres em virtude da autoridade que o documento traz consigo e que lhe permite delegar poderes aos que estão institucionalmente autorizados e legitimados a manejá-lo.

Como ponto de partida, aborda-se a Linguística Aplicada (doravante LA) por sua configuração interdisciplinar, implicando efetivamente a necessidade de se trabalhar coletivamente por meio de uma interface com outras áreas de conhecimento como a Análise de Discurso, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia, sendo que aqui, opta-se pela Análise de Discurso que concebe a linguagem enquanto lugar de poder e resistência.

Assim, uma das especialidades da LA se dá justamente no que se refere ao estudo da linguagem enquanto instrumento de comunicação entre os seres humanos em contextos diversificados. Leffa (2001) enfatiza que a importância da disciplina, entre as demais áreas do conhecimento, deve-se ao fato de responder ao que a sociedade necessita, já que muitas dessas necessidades estão relacionadas a aspectos de linguagem.

Desse modo, a escolha do documento justifica-se por estabelecer, no seu próprio interior, “unidades, conjuntos, séries, relações”. (FOUCAULT, 2008, p. 07) na tentativa de estabelecer os afastamentos, as dispersões que perpassam o discurso do documento oficial, caracterizando-se por centralizar-se na instituição que o produz, ou seja, o Estado e que o constitui enquanto “regime de verdade”.

Assim sendo, tal discurso está submetido a uma constante incitação política e econômica para a qual os índices referentes à educação devem ser controlados, vigiados e difundidos nas instituições educacionais e nos meios de informação (conforme apontam os dados analisados). Estes índices atravessam os sujeitos e fazem destes seus centros de transmissão, uma vez que a avaliação educacional é um dispositivo complexo, arraigado nas demais questões sociais, configurando-se em relações de poder.

Ao abordar a constituição do sujeito, vale ressaltar ainda, que a LA se faz imprescindível, uma vez que o concebe por seu atravessamento histórico, por suas práticas discursivas nas quais o poder se exerce e cruza o eixo social. Para tanto, trabalha-se por meio do método de análise arqueogenealógico elaborado por Foucault, por meio do qual se busca analisar

A maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos, como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais e lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, autônomos e infinitesimais. (FOUCAULT, 1979, p.103).

Desse modo, a genealogia, de acordo com o historiador, seria uma iniciativa que visa libertar da sujeição os saberes instituídos historicamente, tornando-os capazes de oposição e de luta.

## **2. A Linguística Aplicada (LA) e a Análise do Discurso (AD): interfaces**

A LA é uma área de conhecimento que se consolidou nos anos 90 por meio de uma multiplicidade de discursos que mantinham certa positividade entre si, de modo a expandir suas fronteiras contribuindo com outras disciplinas, sobretudo, no que diz respeito à linguagem. De acordo com Fabricio (2006, p.49):

A reconfiguração da LA como prática interrogadora é, então, inseparável da enorme reorganização do pensamento e das práticas sociais correntes na contemporaneidade. Entretanto, [...] toda a ideia de reconstrução de conhecimentos consagrados implica persistências e descontinuidades, pois, ao longo de nossa história, quebras de moldes e derretimentos de grilhões tendem a coexistir com cânones, às vezes revestido de outras roupagens, configurando um território multifacetado no qual convivem múltiplas vozes.

No momento sócio-histórico que vivenciamos, muitas têm sido as pesquisas e variados são os focos de interesses em LA, favorecendo a consolidação e a expansão da disciplina que se caracteriza por sua interdisciplinaridade. Neste sentido, de acordo com Signorini (1998, p.100) a disciplina:

Tem-se também constituído como uma área feita de margens, de zonas limítrofes e bifurcações, onde se tornam móveis as zonas de partilha dos campos disciplinares e são deslocados, reinscritos, reconfigurados, os construtos de diferentes tradições e áreas do conhecimento.

Com essa visão, opta-se pela AD, a qual se dispõe a encarar a linguagem enquanto discurso, lugar do trabalho simbólico, levando-se em consideração as condições sócio-político-ideológicas de sua produção. Assim, em uma interface com a AD de origem francesa considera-se a relação língua / sociedade em que a linguagem é vista por sua capacidade de simbolizar, mediadora entre o homem e a realidade social.

Neste sentido, ao se enfatizar a linguagem e a educação no campo da LA, visando um retorno social, Pennycook (1998, p. 24) argumenta que “as sociedades são desigualmente estruturadas e são dominadas por culturas e ideologias hegemônicas que limitam as possibilidades de refletirmos sobre o mundo e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de mudarmos esse mundo”. A LA, por tanto, tem como tarefa analisar o embasamento ideológico do conhecimento que produzimos.

A visão modernista sobre a educação tem concebido o saber desvinculado do poder, como duas esferas distintas, uma vez que, o poder é visto como meramente repressivo, negativo, coercitivo e controlador em face do saber que é visto como libertador.

Nessa perspectiva, temos como hipótese que no discurso do documento oficial esteja ocorrendo um apoderamento e distorção do e pelo poder em que o saber passa a ser monopolizado por alguns membros da sociedade. Todavia, Foucault (1979, p.101) enfatiza que poder e verdade não se separam, pois

Não há possibilidade de exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.

Assim, o discurso do documento oficial apresenta-se como um “regime de verdade” inquestionável, constituído historicamente e que tem o poder de disciplinar os sujeitos da educação, assim como também os alunos a agir como tal, “afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p.101). Desse modo, busca-se por meio do discurso captar

o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 1979, p. 102).

## 2.1- Condições de produção do SAEMS

A opção pelo discurso do documento como objeto de análise já pressupõe um gesto de interpretação, sendo necessário apresentar as condições de produção desse discurso, escutar a história fazendo surgir “as superfícies primeiras de sua emergência [...] Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso”. (FOUCAULT, 2008, p. 46).

Desse modo, nas últimas décadas ocorreu uma verdadeira revolução no que se refere à avaliação educacional no Brasil, cabendo ressaltar que na década de noventa, a avaliação dos resultados educacionais se limitava à cobertura do sistema educacional ou às taxas de repetência.

As primeiras discussões sobre a implantação de um sistema de avaliação em larga escala ocorreram no período compreendido entre 1985 e 1986, época esta, em que estava em curso o projeto Edudural, um programa financiado com recursos do Banco Mundial voltado para escolas de área rural do nordeste brasileiro. Tendo como meta a obtenção de um instrumento que pudesse medir a eficácia das medidas adotadas durante a execução do mencionado projeto, estudou-se a preparação de uma pesquisa que avaliasse o desempenho dos alunos que estavam frequentando as escolas beneficiadas pelo Projeto comparando-o com os dos alunos não beneficiados.

Assim, com essa experiência, o Ministério da Educação (MEC) instituiu em 1988 o Sistema de Avaliação de Educação Primária (SAEP), que com algumas alterações da Constituição de 1988, passou a chamar-se Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Desse modo, o MEC tinha por objetivo oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro.

De acordo com a literatura pesquisada, os primeiros estados a criarem sistemas próprios de avaliação foram o Ceará e Minas Gerais, em 1992. O governo do Ceará criou o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que se mantém até hoje. Já em Minas Gerais, foi criado o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, que posteriormente se tornou o sistema atual -- o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE).

Consoante, o Plano Nacional de Educação (lei nº. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001), integra ao sistema de acompanhamento da situação escolar do país: o senso escolar, o Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB) e a criação de avaliação complementares nos estados e municípios, sendo que estes criaram seus próprios meios de avaliação, tais como: Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (SAEMS), Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE); Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) e o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

Sendo assim, o SAEMS é o sistema de avaliação da Educação Básica do estado de Mato Grosso do Sul (MS) que tem por objetivo coletar informações que permitirão que cada Unidade Escolar participante e a Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul melhorem a qualidade do ensino. Nesse sentido, é um sistema de avaliação usado plenamente como um recurso pedagógico que tende a ser homogêneo, em que todos os alunos, de todas as classes e séries devem ser avaliados em todas as disciplinas.

O sistema de avaliação passou por várias modificações no decorrer dos anos, mas em 2005, paralelamente à avaliação do SAEB, foi realizada outra avaliação que permitiu a divulgação dos resultados por municípios e por escolas- a Prova Brasil. Esta utilizou os mesmos procedimentos do SAEB/1990, tendo este, por meio da portaria Ministerial nº. 931 sua nomenclatura alterada para Avaliação Nacional da Educação

Básica (ANEB). A mesma presume em seu objetivo avaliar a “qualidade”, a “equidade” e a “eficiência da educação brasileira”, caracterizando-se pela avaliação por amostragem em larga escala, externa aos sistemas públicos de ensino público e particular, de periodicidade bianual que, por meio de amostras, oferece resultado de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.

O SAEMS envolve a aplicação de testes nas disciplinas e áreas de conhecimento de Língua Portuguesa/ Produção de Texto e Matemática, para alunos regularmente matriculados nos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental, bem como o 1º ano e 1ª fase da Educação de Jovens e Adultos - EJA e 3º ano, estes últimos pertencentes ao Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de MS.

Com relação aos estudos realizados sobre a temática, os mesmos ainda são escassos, mas é importante ressaltar os trabalhos de Souza (2002), Coracini (2003), Mascia (2002), Braga (2010) e Nascimento (2003), entre outros.

### **3. O corpus**

O corpus da pesquisa constitui-se de um documento oficial do Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS): Carta de Apresentação do Manual do Professor Aplicador 2011, que se encarrega de avaliar o desempenho dos alunos do 2º, 3º, 4º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental, 1º ano e 1ª fase da Educação de Jovens e Adultos - EJA e 3º ano, estes últimos do Ensino Médio.

### **4. Análise de dados**

A perspectiva transdisciplinar que perpassa a LA exige do linguista aplicado disposição para escutar vozes múltiplas, uma determinada reestruturação de atitudes, organização e novas maneiras de tecer um olhar sobre a linguagem. Desse modo, desconstruirá planos cristalizados, problematizando regimes de verdade, e, portanto, exigindo também mudança de atitude em direção a um fazer metodológico mais crítico de modo a promover um deslize no feixe do poder.

Ao enfatizar a pesquisa em LA, a partir de sua natureza social, deve-se igualmente deslocar aí a dimensão ideológica e política por sua constituição, pelos deslizes de poder, pela reconfiguração dos saberes e regras que fazem o discurso funcionar como um regime de verdade. Assim, a interpretação constitui-se enquanto

“emergência de marcas diferenciadoras” (JÚNIOR, 2003, p.85), que emergem a partir da materialidade linguística de modo a provocar microinstâncias de implicações de poder.

Desse modo, o discurso do documento oficial do SAEMS funciona como um regime de verdade na medida em que é legitimado pela instituição, ou seja, pelo Estado. Este tem o papel de qualificar e fixar papéis para os sujeitos da educação de modo a difundir por meio dos índices avaliativos seus saberes e seus poderes que aqui se problematizam. A continuação serão fornecidos e discutidos exemplos (E) extraídos do documento analisado.

E1-A avaliação de desempenho de alunos é um **processo intencional** e necessário à melhoria do ensino e da aprendizagem, pois além de ser uma forma **de prestar contas à sociedade do papel da escola como instituição de transformação social**, promove modificações nas práticas pedagógicas, com vistas à necessidade de um melhor desempenho acadêmico do estudante, para viver na sociedade do conhecimento.

O DPE, no que tange à avaliação de desempenho dos alunos, funciona, respectivamente, como um procedimento de controle exercido pelo Estado e que, na medida em que é constantemente repetido e difundido, passa a circular e a garantir-se enquanto regime de verdade. Perpassa o corpo social e é legitimado pela instituição em que se origina, de modo a caracterizar-se como um “microdispositivo disciplinar” ao estabelecer relações de poder/saber.

Mediante esta perspectiva, o DPE tem por objetivo disciplinar os professores não somente a agir de acordo com a ideologia da instituição (Estado), mas tomar esse discurso para si na tentativa de administrar suas ações. Trata-se, portanto, de uma forma sutil de gerenciar o poder/saber. Assim, tal discurso é produzido por meio de estratégias discursivas de autoridade, credibilidade na tentativa de apresentar-se como transparente. Conceb o ato de avaliar como um “processo intencional” que traz efeitos de sentido de decurso, seguimento, contrapondo-se ao discurso da avaliação como produto.

É mister esclarecer, a partir da materialidade linguística, que a forma verbal “é” do verbo “ser” funciona como um juízo de verdade. Em “A avaliação de desempenho dos alunos é um processo intencional” garante irrefutabilidade ao discurso, cabendo ao verbo “ser” a função de apoiar o que está sendo dito. Disso decorre que todo discurso é dispersão e jogo, uma vez que o verbo “ser” indica atribuição e afirmação não apenas

concebendo nominalização “avaliação”, mas julgando-a “processo intencional e necessário”. Aqui o discurso se encaminha rumo a um ideário de completude em que linguisticamente “necessário” traz efeitos de sentido de indispensável, imprescindível, aquilo que deve ser feito e cumprido, não abrindo espaços para interpretações contrárias.

Assim, o discurso encontra-se dentro do que se pode chamar política geral de verdade, uma vez que está centrado na forma de discurso científico, racional. Por seu caráter de credibilidade, está submetido a uma necessidade de verdade que perpassa o corpo social e que é devidamente legalizado por aqueles que têm o encargo de dizer o que conta como verdade.

Todavia, ao conceber a avaliação enquanto processo intencional, o discurso normatizador/legitimador do Estado, assume a posição enquanto sujeito intencional, capaz de agir e transformar a prática pedagógica, controlá-la e, assim, instaurar o real sentido do SAEMS. Mede, por meio do índice avaliativo, a eficácia da educação, a verificação da aprendizagem, o que contradiz o discurso da avaliação enquanto processual.

Assim, a instituição atua por meio de procedimentos, técnicas de poder, na tentativa de disciplinar os indivíduos (professores). Pretende gerenciar a escola partindo de fenômenos locais para fenômenos mais globais, ou seja, demonstrar crescimento no índice avaliativo. Ao enfatizar a avaliação como um meio, uma necessidade para a melhoria do ensino e da aprendizagem, o discurso se faz político na medida em que tende a transmitir poderes e normatizar a educação em uma determinada direção “prestar contas à sociedade do papel da escola como instituição de transformação social”. Evidencia-se uma tentativa de aproximação, de legitimidade de um discurso que se mostra natural, verdadeiro e irrefutável fechando o sentido em uma única interpretação.

Desse modo, o SAEMS é um meio de dar resposta à sociedade no que diz respeito à escola e, simultaneamente, “promove modificações nas práticas pedagógicas” que provoca efeitos de sentido de incitar, estimular mudanças no meio educacional em busca de um ensino ideal. Vê-se aqui o interesse político do Estado, uma vez que é preciso “prestar contas”, fazer enxergar e demonstrar para o corpo social o papel da

escola. Logo, a educação torna-se um mecanismo a partir do qual o saber passa a ser concebido como um meio de “transformação”; mudança social.

Neste sentido, o discurso normatizador/legitimador do Estado constitui-se enquanto autoridade; aquele que tem o direito de dizer o que se apresenta enquanto verdade, fazendo com que sua verdade se torne também verdade para o receptor. Desse modo, este receptor poderá reproduzi-la nos níveis mais baixos, uma vez que somos julgados, condenados, obrigados a desempenhar determinados papéis, viver dentro da ordem de um discurso verdadeiro que carrega em seu bojo a permanência e a repartição das relações de poder/saber.

Outra estratégia discursiva utilizada na tentativa de escamoteação do poder é a ausência do sujeito enunciador colocando a “avaliação”, ou seja, o objeto, em lugar de sujeito da oração, de modo a passar confiança ao interlocutor, revestindo o discurso de certa autoridade por meio da assertiva do discurso científico. Produzem-se assim efeitos de sentido de inquestionabilidade ao discurso, fazendo-o falar por si só na tentativa de camuflar os exercícios do poder.

E2-Apostando no sucesso desse evento, antecipadamente, o meu reconhecimento e muito obrigada a todos que, assim como eu, trabalham por uma educação melhor.

Ao levar-se em consideração a forma verbal “*apostando*” no gerúndio entende-se que o sujeito-enunciador (secretária da educação). i.e., acredita ser o SAEMS, “instrumento de verdade absoluta”. Com isso, impõe valor de verdade sobre os professores, delegando a estes a responsabilidade de obter bons resultados em benefício da instituição. Desse modo, E2 profere um discurso visando uma aproximação com seu interlocutor “*todos que assim como eu*”, colocando várias pessoas “*todos*” como responsáveis pelo sucesso escolar, quando na verdade sabe-se que o discurso é direcionado àqueles que irão aplicar a prova: o professor.

Logo, o sujeito-enunciador constrói uma imagem de harmonia de ações, ao se colocar como partícipe da situação, de tal maneira que convença seu interlocutor a se posicionar da mesma forma, levando os sujeitos da educação a atendê-la, passando certa naturalidade por meio do discurso na tentativa de apagar efeitos que apontem para o poder imposto pela instituição; entretanto, deixa resvalar momentos de emergência desse poder camuflado, uma vez que todo discurso é inerente de poder.

Ainda sobre a expressão em destaque, forma gerúndio do verbo apostar, segundo o dicionário Aurélio é: “Fazer aposta (1) de. 2. Asseverar, sustentar.3. Disputar, pleitear.4. Jogar, arriscar .T.d. 5. Apostar (1). T.i. 6. Estar certo da vitória ou do sucesso de”, que é o mesmo que passar antecipadamente a responsabilidade de conseguir bons resultados para os professores, numa espécie de coerção, de disciplina, de controle, de vigilância que impede os professores de agirem em liberdade.

Por outro lado, o grupo de professores age naturalmente na tentativa de fazer o que se pede, não o que acredita que deve ser feito buscando obter bons resultados para permanecer no cargo que ocupa, uma vez que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar” (FOUCAULT, 1996, p.9). Desse modo, encontra-se numa (im) possibilidade de resistência, interpelado e perpassado pela ideologia, pelas relações de poder-saber, pelas múltiplas vozes que se cruzam, se excluem, se modificam e são modificadas.

Além disso, podemos depreender a partir do pronome “meu” e “eu”, que explicitam o sujeito enunciativo, sua aproximação, provando que ele ou não consegue se camuflar totalmente em seu discurso ou estrategicamente se deixa mostrar ademais, inclui-se como uma pessoa que se preocupa com o processo, participa dele e reconhece quem contribui com o mesmo de modo a fazer com que o sujeito entre na ordem desse discurso e enuncie como tal.

No que se refere à expressão “trabalham por uma educação melhor”, tal acepção invoca o discurso modernista de progresso que coloca a educação como “salvação das massas”. Favorece-se assim a criação de novas formas de conservadorismo e normalização das relações de poder, postura essa que o discurso pós-modernista vem problematizar, uma vez que se instaura um discurso de desestabilização das verdades e das crenças, a partir do questionamento do sujeito uno e racional do momento. Assim, pressupõe o progresso como busca de verdade e do bem social.

Mascia (2002), ao discorrer sobre “*O ideário de progresso e as relações de poder-saber*”, observa que o ideário do progresso influencia o DPE. Considera também que tudo é política e não há discurso sem poder, existindo uma relação muito forte entre discurso, a verdade e o progresso. Desta forma, no discurso oficial prevalece a visão de ideologia atrelada a micropoderes, heterogênea, atravessada por múltiplas vozes que se

imbricam em microrrelações. Depreende-se que a noção de progresso está atrelada à noção de verdade e que verdade e progresso estão atravessados por micropoderes de tal modo que não é permitido a qualquer pessoa o acesso ao discurso, mas somente aqueles que estão autorizados a proferi-lo, legitimados a ocupar lugares e posições de poder, neste caso, a secretaria de educação.

Nesse sentido, no documento, a concepção de sujeito é o cognoscente que opera no sentido de inserir o discurso oficial como uma força libertadora e pelo espaço conflituoso do papel do professor, cuja autoridade se vê camuflada por relações de ordem emocional. O efeito de sentido que opera é o da “sedução” (‘apostando no sucesso’, ‘meu reconhecimento’, ‘muito obrigada’). O leitor é levado a crer que as ideias contidas na carta se apresentam como verdadeiros “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979) e que são porta para o progresso da educação.

Ideias como estas podem ser evidenciadas no excerto a seguir:

E3: Nessa premissa, em virtude da natureza peculiar e da especificidade que o trabalho com a avaliação em larga escala requer, que **exige conhecimento e experiência** em educação, sobretudo em alfabetização, é que esta Secretaria **priorizou** os seus professores, como **importantes colaboradores** na aplicação dos testes desse Programa, garantindo, dessa forma, qualidade e confiabilidade nos resultados.

Em meio à tentativa de narrar o seu fazer pedagógico, relatando o que se requer do professor alfabetizador, o sujeito-enunciador, i.e., utiliza-se de outra estratégia de camuflagem do poder, ao afastar-se e, automaticamente, transferir a responsabilidade para o objeto “avaliação” de exigir dos professores “experiência e conhecimento em educação”. Passa a responsabilidade do resultado da avaliação para o professor, uma vez que este precisa construir uma imagem positiva de si a partir da posição que ocupa.

Assim, a avaliação SAEMS se constitui pela ritualização do discurso, por qualificar e atribuir determinados lugares aos sujeitos, fixar-lhes papéis a serem desempenhados e pela construção de efeitos de verdade. Isto leva os sujeitos a se apropriarem desse discurso com seus poderes e saberes, respectivamente, e seus perigos. Vale ressaltar ainda, que sob as lentes foucaultianas (1979), verdade e poder são constitutivos, sendo impossível a separação destes, já que ao serem produzidos no interior dos discursos não são nem verdadeiros e nem falsos, mas por meio de

estratégias discursivas ora se apresentam como verdades ora como mentiras, portanto, uma construção.

Assim, desvela-se por meio da forma verbal “exige” que a avaliação funciona como uma espécie de imposição, ordenação e intimação aos professores camuflada por meio das relações de poder, uma vez que é por meio da avaliação que se mede o desempenho dos alunos, um mecanismo de controle do processo educacional.

Desse modo, E3 utiliza-se de estratégias discursivas na tentativa de aproximar seu interlocutor, trazê-lo para dentro do discurso “esta secretaria priorizou os seus professores, como importantes colaboradores”. Isto produz efeitos de sentido de precedência dada a alguém com preterição de outros, ou seja, atribuir a responsabilidade aos professores. Além disso, pode-se depreender, a partir do verbo ativo “priorizou”, responsável direto pela interpretação e conclusão, que um não-humano, i.e., “secretaria”, é o sujeito de verbo de processo. Assim, o sujeito- enunciador é interpelado por discursos outros que o constitui e que traz em sua voz a voz do outro (secretaria) a partir de representações construídas socialmente em que perpassam o ideal de progresso fazendo emergir um sujeito coletivizado.

É pertinente ressaltar que com relação ao excerto anterior, o sujeito-enunciador se contradiz, uma vez que organiza seu discurso em torno de um propósito, mas não tem controle sobre o mesmo, pois em E2, se inclui como membro participativo no processo de avaliação em busca do ideal de uma educação melhor. Contudo, no E3 atribui a responsabilidade única e exclusivamente aos professores que juntamente com a forma verbal “priorizou” provoca efeitos de sentido de que aos professores é atribuída a responsabilidade de aplicação e dos possíveis resultados do teste, uma vez que este carrega um determinado saber e experiência.

E4: Acredita-se que a educação seja uma travessia para um mundo de descobertas e que o alcance das metas estabelecidas e devido impacto dessa avaliação em larga escala na melhoria dos índices educacionais propiciará às crianças, aos adolescentes, jovens e adultos do nosso estado, a inserção social diante do direito institucional de exercer plenamente a cidadania.

Neste excerto, por meio de um discurso científico “Acredita-se que...”. o sujeito-enunciador se distancia, se oculta utilizando-se de um discurso objetivo em 3ª pessoa; tenta ganhar a confiabilidade dos professores aplicadores, persuadi-los, já que é

um discurso inquestionável, calcado no ideário liberalista. A educação é concebida como “travessia para um mundo de descobertas”, trazendo efeitos de sentido de que quem não a possui está fora da sociedade, do mundo em constante transformação, fora da ordem do progresso.

Além disso, cabe mencionar que a partícula “se” serve à não inserção do locutor e à inserção do leitor no processo verbal buscando por este meio linguístico se afastar, indeterminando o sujeito agente. Assim “a modalidade implícita desempenha duplo papel, (...) característico do discurso científico: o de convencer pelas afirmações, o interlocutor da verdade enunciada; e o de camuflar a origem enunciativa”. (CORACINI, 2007, p. 127), uma vez que é o enunciado quem fala por si só, garantindo sentido de irrefutabilidade ao discurso.

Desse modo, sabe-se que outro sentido se faz emergir, “o falso progresso”, que é constitutivo do sujeito, uma vez que deixa desvelar nas fagulhas de seu dizer que o SAEMS funciona, respectivamente, como uma ponte, um elo que “propiciará às crianças, jovens e adultos” o acesso à sociedade no sentido de sentir-se inserido, incluído, logo, aceito por possuir determinado poder/saber que o concebe enquanto cidadão. Outra pista deixada no fio do discurso que nos chama atenção é o uso da forma verbal “seja” que produz efeitos de sentido que idealizam o estatuto lógico ao enunciado, “a educação seja uma travessia para um mundo de descobertas”, em que o verbo “ser” tem a função de respaldar o que está sendo dito.

Desse modo, mais uma vez temos a presença de sobrecarga sobre o “outro”, o professor, não sobre a secretaria, a secretária, que com um discurso de inclusão, de cidadania, “a inserção social diante do direito institucional de exercer a cidadania” pretende coagir os sujeitos a realizar ações, lutar incansavelmente pelo seu lugar na sociedade em progresso. Também se faz urgir o discurso do direito, que funciona como “canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida” (FOUCAULT, 1979, p. 102) de modo que o SAEMS se faz uma prática em que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.

Nesse sentido, vem à tona a responsabilidade sobre os resultados da avaliação aos professores e aos alunos, uma autodisciplina, e mais, quanto maior for o desempenho destes, maior, mais vantajosa será sua repercussão no meio social, ou melhor, se submetem a uma visibilidade obrigatória, afinal precisam ser vistos, tornam-se assim autores de sua sujeição, em que o discurso funciona como “instrumento e efeito de poder, [...] resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 1979, p.14-15), uma vez que todo discurso é perigoso, é inerente de poder.

Ademais podemos desvelar a partir de “metas estabelecidas”, “discurso educacional tradicional”, o efeito de sentido de estabilidade das teorias e das ações, assegurando o funcionamento automático do poder por meio de asserções de verdade e de inocência “travessia para um mundo de descobertas”.

**E5-A secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), por meio do Centro de Políticas Públicas e avaliação da educação- CAEd, **implementa** o sistema de avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul-SAEMS, para **mensurar** a qualidade do ensino e da aprendizagem e obter **indicadores consistentes e comparáveis**, os quais permitirão a compreensão da realidade educacional de MS e o **redirecionamento** do processo educativo e dos investimentos, na busca de uma gestão capaz de **recuperar** os fatores que contribuem para os elevados índices de evasão, retenção e distorção idade/ano.

Parte-se do pressuposto de que cada sociedade tem seu regime de verdade, ou seja, discursos que ela abriga e faz funcionar como verdadeiros por meio de técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade. Assim, é atribuído aos representantes de determinadas instâncias sociais (Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Juiz de Fora) o “poder-saber” de institucionalizar, legitimar o discurso sobre o sistema de avaliação de modo que “**implementa**”, isto é, tem a autoridade de por em funcionamento o SAEMS, aplicar os métodos, as medidas e delegar as necessidades, os objetivos e os parâmetros dentro dos quais se conduzirá o discurso sobre o SAEMS.

Ainda, pela materialidade linguística do verbo “implementa”, podemos depreender que o modo indicativo do verbo, no tempo presente, indica a certeza do fato, algo real que se efetiva na prática com um arranjo que se faz aparentemente harmônico

entre as esferas científica e política. Nesse sentido, constrói-se um discurso pelo ideal de completude, de unicidade no que se refere à avaliação. Contrariamente, às vozes de harmonia que perpassam o discurso das esferas autorizadas para proferi-lo, contrapõem-se vozes emergentes que deixam escapar a verdadeira natureza da avaliação enquanto produto, trazendo à tona conflitos, emergências de poder que deixam resvalar em seu bojo as verdadeiras condições de produção do SAEMS. Cabe a este “mensurar a qualidade do ensino e da aprendizagem” de modo a funcionar como um microdispositivo capaz de medir, determinar a medida, no intuito de conseguir **indicadores consistentes e comparáveis** para a educação.

Desse modo, o discurso oficial se exerce por esse desejo de verdade, servindo-se de meios racionais (provas, índices, demonstrações) que devidamente legitimado pela instituição tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de coerção. Busca persuadir o interlocutor a uma reação de apoio por meio de “indicadores consistentes”. Garante assim os interesses que demandam a manutenção do poder, já que o mesmo não se toma para si, mas se exerce em rede por meio de uma relação de forças que atravessam o corpo social.

Ainda pode-se observar, pela materialidade linguística “o **redirecionamento** do processo educativo e dos investimentos”, que há predominância de verbos e substantivos deverbais que indicam ação, caracterizados pelo prefixo re-direcionamento que traz ênfase ao SAEMS enquanto processo e transformação. Simultaneamente, dá voz a um momento anterior em direção a um ideário de completude, uma vez que o prefixo “re” indica mudança de estado e progresso. Com o intuito de alcançar uma prática pedagógica mais adequada, pelo sistema de avaliação busca-se “recuperar” os índices de evasão, retenção e distorção idade/ano.

## 5. Conclusão

Em face dessas reflexões, procurou-se questionar a argumentação do discurso oficial, que aqui se evidencia pelas representações de liberdade e de democracia. Este discurso pode se encontrar coerente com o momento histórico-social, fazendo com que a carta seja entendida como documento de bem comum e de progresso, tentando

camuflar as emergências de poder, que são desconstruídas pela materialidade linguística.

Assim, a avaliação é concebida como um microdispositivo disciplinar, uma vez que gerencia sutilmente as relações de poder/saber, de modo que o discurso é produzido por meio de estratégias discursivas características do discurso científico- de autoridade, credibilidade, persuasão. Apresenta-se como transparente na tentativa de escamoteação do poder. Desse modo, o discurso oficial provoca efeitos de sentido de que a avaliação-SAEMS- é algo necessário, que deve ser feito e cumprido, fechando os sentidos, restringindo-os, não abrindo espaço para outras interpretações.

Urge enfatizar que o discurso oficial se exerce pelo regime de verdade, ao servir-se de meios racionais (provas, índices, demonstrações) que devidamente legitimado pela instituição (Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul) tende a exercer sobre os outros discursos (político, pedagógico, científico, do direito, da cidadania e da inclusão) uma espécie de coerção, sujeição. Busca persuadir o interlocutor a uma reação de apoio, assegurando o funcionamento automático do poder por meio de asserções de verdade e inocência. O "poder" não se toma para si, mas é exercido em rede através de relações de força que atravessam o corpo social.

À guisa de conclusões, a pesquisa revela que temos um trabalho árduo no que se refere à problematização das relações de poder-saber que sustentam o discurso oficial (DPE). Cabe ao pesquisador desvelar a aparente ingenuidade que caracteriza tal discurso, mostrar aquilo que os outros não podem ver e, assim, desconstruir determinados regimes de verdades cristalizados no corpo social. Pacto esse, que aqui a AD coaduna com a LA – que acirra um compromisso com a sociedade- e traz problematizações acerca do discurso oficial, em que o método arqueogenalógico de Foucault possibilita interpretá-lo em questão, desvelando as relações de poder-saber que o perpassam.

## 6. Referências

BRAGA, V. L. de S. **O sistema de avaliação nacional da educação básica e os descaminhos para uma proposta de educação escolar indígena.** DISSERTAÇÃO

DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO. Universidade Católica Dom Bosco-Campo Grande, 2010.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da república federativa do brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Plano nacional de educação, Lei nº 10172 de 09 de Janeiro de 2001**. In: Diário Oficial, ano CXXXIX- nº 07, Brasília/DF, 2001.

CORACINI, M. J. & BERTOLDO, E. S. **O desejo da teoria e a contingência da prática**: Discurso sobre/ na sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência- 2ª edição- Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

FABRICIO, B. F. **Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”:** **redescrições em curso**. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p.45- 65.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Século XXI. Editora Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, M. (1979) **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (1970). **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19ª ed. Loyola. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

LEFFA; V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade**. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001.

MASCIA, M. A. A. **Investigações discursivas na pós-modernidade**: (uma análise das relações de saber-poder do discurso político educacional da língua estrangeira). Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2002.

PENNYCOOK, A. **A linguística aplicada dos anos 90**: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês & CAVALCANTI, Marilda. *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p.23-49.

**Sistema de avaliação da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul-SAEMS**. Manual do professor aplicador, 2011.

SIGNORINI, I. **Do residual ao múltiplo e ao complexo:** o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, Inês & CAVALCANTI, Marilda. *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p.99-110.